



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Parecer

(a remeter à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus)

COM (2008) 72 Final
Comunicação da Comissão ao Conselho, ao
Parlamento Europeu, ao Comité Económico e
Social e ao Comité das Regiões
“Estratégia Política Anual para 2009”

Relatora: Ana Drago (BE)

13 de Maio de 2008



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

RELATÓRIO

Sobre a
**Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao
Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, relativa à “Estratégia
Política Anual para 2009”**

COM (2008) 72 final

I - Procedimento

Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, a Comunicação da Comissão "Estratégia Política Anual para 2009" (doravante abreviadamente designada por “Comunicação”), foi distribuída pela Comissão de Assuntos Europeus à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, para seu conhecimento, em razão da matéria em causa.

II - Análise da Comunicação

Parte I – Acções prioritárias em 2009: Prioridade aos Cidadãos

A Comissão Europeia enuncia nesta Comunicação as prioridades para o seu último ano de mandato, não perdendo de vista os objectivos estratégicos definidos no início do actual mandato (prosperidade, solidariedade, liberdade e segurança e reforço do papel da Europa no mundo), definindo as seguintes acções prioritárias para 2009:

- 1 – Crescimento e Emprego
- 2 – Alterações climáticas e uma Europa Sustentável
- 3 – Realizar uma Política Comum de Imigração
- 4 – Prioridade aos cidadãos
- 5 – A Europa como parceiro mundial
- 6 – Legislar melhor – cumprir as promessas e mudar a cultura regulamentar
- 7 – Comunicação sobre a Europa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

A Comissão sublinha as alterações de natureza institucional que se perspectivam para 2009, considerando estarem criadas condições de maior estabilidade, favoráveis ao reforço da sua capacidade para enfrentar desafios concretos, desde a promoção de um crescimento sustentável e do emprego à transição para um modelo económico capaz de reduzir as emissões e de promover uma utilização racional dos recursos.

Com efeito, a eleição de um novo Parlamento e de uma nova Comissão em 2009, bem como a previsível conclusão dos processos de ratificação nacional do Tratado de Lisboa, que permitirá a sua entrada em vigor, configuram um quadro institucional propício à definição estratégica do futuro, nomeadamente no âmbito da sua próxima etapa, a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável.

É neste sentido, e considerando os objectivos inicialmente traçados, que se procuram aprofundar as acções prioritárias propostas.

1 – Crescimento e emprego

Pretende-se promover uma reforma económica e social sustentável, que se enquadre na Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego. A turbulência dos mercados financeiros e o aumento dos preços das matérias-primas reforçam a necessidade de prosseguir com as reformas estruturais, tanto à escala nacional como à escala da própria UE.

A supressão dos encargos administrativos desnecessários que recaem sobre as empresas e a implementação de novos programas de coesão, capazes de se constituir enquanto fontes de investimento relevantes a nível regional, poderão permitir alcançar aquele desiderato.

Por outro lado, e na sequência da Análise do Mercado Único de 2007, pretendem-se estabelecer parcerias partilhadas entre a Comissão e os Estados-Membros, visando aplicar e fazer respeitar a legislação do mercado único. Serão neste sentido tomadas iniciativas tendentes a modernizar o mercado único de mercadorias, alinhado pelo novo quadro legislativo, e iniciativas no domínio dos serviços financeiros, que visam – entre outros aspectos – intervir nos sistemas de regulamentação e supervisão dos serviços financeiros, por forma a responder às turbulências financeiras globais.

A intervenção comunitária no domínio da concorrência será intensificada, através de uma aplicação estrita das regras anti-trust e do controlo dos auxílios do Estado em sectores cruciais, libertando assim o potencial das empresas.

A Comissão prosseguirá o desenvolvimento da Política Energética para a Europa, que se deverá traduzir num novo plano de acção para o período 2010-2014. No sector dos transportes, uma prioridade fundamental consiste em assegurar o êxito da iniciativa Galileo e prosseguirão os trabalhos para tornar o sector dos transportes mais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

ecológico e para incrementar a eficácia dos sistemas de gestão de tráfego. Ainda neste domínio, a Comissão lançará as bases para uma futura política dos transportes.

2 – Alterações climáticas e uma Europa sustentável

Face aos processos negociais decorrentes da Conferência de Bali sobre Alterações Climáticas de 2007, visando a celebração de um acordo global para o período pós 2012, que estará concluído até finais de 2009, reafirma-se o papel internacional de liderança que a UE deverá continuar a desempenhar, sendo igualmente adoptadas medidas concretas na Europa

A implementação de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas constitui, nesse sentido, uma prioridade. Trata-se de garantir a execução do regime revisto de comércio de licenças de emissão, aplicar a nova legislação relativa às fontes de energia renovável, bem como executar o Plano de Acção para a eficiência energética e o desenvolvimento de tecnologias com emissões de carbono reduzidas.

Pretende-se assim intensificar esforços no sentido de preparar a adaptação aos impactos das alterações climáticas em diferentes domínios, mas igualmente ajudar os parceiros internacionais, nomeadamente os países em desenvolvimento, a atingir os objectivos acordados internacionalmente.

A Comissão considera que a execução e aplicação efectiva do direito comunitário em matéria de ambiente continua a ser um vector importante em 2009. A prossecução dos trabalhos visando promover um consumo e uma política industrial sustentáveis e a intensificação de medidas orientadas para travar a perda de biodiversidade são neste âmbito dois eixos relevantes.

É ainda proposta, pela Comissão, a prossecução do desenvolvimento da nova política marítima integrada, prevendo-se a apresentação de uma proposta de organização comum do mercado de produtos da pesca e aquicultura. É igualmente proposta a prossecução dos trabalhos sobre a qualidade dos produtos agrícolas, esperando-se poder aplicar os resultados do acordo sobre o “estado de saúde” da Política Agrícola Comum. Conforme solicitado pelo Conselho Europeu, a Comissão apresentará uma estratégia para a região do Mar Báltico.

3 – Realizar uma Política Comum de Imigração

Para a Comissão, o desenvolvimento de uma política comum de imigração continua a ser uma prioridade fundamental, visando dar resposta aos desafios e tirar partido das oportunidades propiciadas pelas migrações. Na sequência da Comunicação relativa à imigração, a apresentar em 2008, a Comissão respeitará o compromisso que assumiu no sentido de integrar a vertente da imigração nas suas políticas de crescimento económico, competitividade e inclusão social. Em 2009, cumprir-se-á o primeiro ano



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

completo de funcionamento da Rede Europeia das Migrações de Pontos de Contacto Nacionais.

A Comissão desenvolverá em maior grau a gestão integrada das fronteiras e a política comum de vistos, envidando esforços para concluir o Sistema Europeu Comum de Asilo até 2010. Paralelamente, a Comissão continuará a articular a política de migração da UE com a sua agenda externa, nomeadamente o desenvolvimento e o comércio.

4 – Prioridade aos cidadãos

A Comissão considera que as políticas que reflectem os interesses directos dos cidadãos continuam a constituir uma prioridade, devendo assegurar-se progressos na simplificação do exercício de livre circulação, e prosseguir os trabalhos relativos à melhoria do acesso e criação de um espaço comum de justiça, que reconheça mutuamente as decisões judiciais proferidas na UE.

A questão da segurança dos cidadãos é igualmente assumida como matéria prioritária para a Comissão, que concede particular atenção à luta contra ataques terroristas de natureza química, biológica, nuclear ou radiológica. No domínio da saúde pública, serão apresentadas diversas iniciativas, visando a aplicação da Estratégia da UE adoptada em 2007, prevendo-se a apresentação de uma proposta relativa à segurança dos pacientes, na perspectiva dos dispositivos médicos.

Na esfera da segurança alimentar serão apresentadas novas propostas, relativas à garantia de qualidade dos alimentos, sanidade e bem-estar animal, intensificando-se as actividades de controlo e a aplicação das regras de segurança aos produtos de consumo. Na esfera da legislação sobre produtos químicos, a Comissão considera que os primeiros anos de aplicação do Regulamento REACH (registo, avaliação e autorização dos produtos químicos) serão fundamentais para o êxito das políticas.

Na agenda social, a Comissão elege como prioritárias as políticas activas do mercado de trabalho baseadas na flexigurança, com vista a ajudar as pessoas a desenvolver as suas competências e capacidades para encontrar um novo emprego, assegurando ao mesmo tempo uma rede de segurança. A mobilidade transfronteiriça de jovens será valorizada em programas europeus no domínio da educação e juventude.

A Comissão diz-se empenhada em desenvolver novas abordagens em matéria de mudança e em relação a questões como a da inclusão, considerando deverem ser efectivamente aplicados, avaliados e renovados (se for esse o caso) os critérios estabelecidos em domínios como a saúde e segurança no trabalho, igualdade entre homens e mulheres, livre circulação de pessoas e discriminação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

5 – A Europa como parceiro mundial

A Comissão considera que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa permitirá reforçar o perfil da União na sua relação com o exterior, contribuindo este novo quadro institucional para a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Neste âmbito, a segurança energética, as alterações climáticas e as migrações continuarão a ser importantes vectores da política europeia, contribuindo para afirmar a via do multilateralismo. Igualmente na esfera das instituições financeiras internacionais, a Comissão deverá consolidar uma presença mais sólida e coordenada da UE.

Em matéria de alargamento, a União continuará a aplicar o princípio de consenso renovado. Em 2009, entram em fase decisiva as negociações de adesão da Croácia e prosseguem as negociações com a Turquia. Os Balcãs ocidentais, em função das dinâmicas de estabilização e associação, e da prossecução de reformas, prosseguirão a via da adesão. A Comissão desempenhará um importante papel na implementação do futuro estatuto do Kosovo.

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) centrar-se-á na plena aplicação dos seus doze Planos de Acção. Para além de prever a possibilidade de concluir as negociações do novo acordo com a Ucrânia, espera-se a negociação de novas disposições contratuais com a Líbia e a República da Moldávia. O aprofundamento das relações com a Rússia e a esperança que a dinâmica criada com a Conferência de Annapolis se traduza numa evolução positiva no Médio Oriente (processo em que a Comissão continuará a desempenhar o seu papel, enquanto membro do Quarteto), constituem igualmente prioridades para 2009.

O ano 2009 será também, na perspectiva da Comissão, um ano de importantes oportunidades de desenvolvimento de laços políticos mais estreitos com parceiros em todo o mundo, nomeadamente em matéria de cooperação com os Estados Unidos, os países da ASEAN, China e Índia. No âmbito da sua parceria estratégica com a América Latina, a UE procurará prosseguir e eventualmente concluir as negociações sobre os acordos com a Comunidade Andina, a América Central e o Mercosul.

Em termos de segurança e estabilidade internacional, a contribuição da União aumentará substancialmente, face a dossiers importantes como a missão “Estado de Direito” no Kosovo e a missão policial no Afeganistão, no quadro da PESD, que se espera esteja completamente operacional e capaz de ter um impacto real na segurança do país.

A Comissão aplicará as oito parcerias temáticas operacionais da Estratégia conjunta UE/África e envidará esforços no sentido de auxiliar os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico a melhor se integrarem na economia mundial. Em matéria de ajuda humanitária, a Comissão implementará um plano de Acção com base no consenso europeu. Prosseguirão as negociações de Doha sobre desenvolvimento, bem



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

como as negociações bilaterais de comércio livre. A Comissão avançará igualmente com outras vertentes da sua agenda “Europa Global”, defendendo um melhor acesso aos mercados, o reforço da protecção dos direitos de propriedade intelectual e a defesa de relações comerciais equilibradas com parceiros fundamentais, como a China.

6 – Legislar Melhor – cumprir promessas e mudar a cultura parlamentar

Até ao final de 2009, a Comissão terá examinado o acervo, levado a cabo o seu Programa continuado de simplificação e lançado o projecto de codificação, com efeitos palpáveis a nível da competitividade e do crescimento.

A redução dos encargos administrativos constitui uma prioridade da Comissão, sendo apresentadas em 2009 diversas propostas neste sentido. A execução do Programa de Acção, destinado a reduzir em 25% destes encargos será reexaminada e avaliados os progressos alcançados.

Uma melhor regulamentação constitui igualmente uma componente fundamental da política europeia perante os mecanismos de governação global, reforçando o seu papel de liderança na melhoria do quadro regulamentar e elaboração de normas exigentes, em domínios como os da saúde, segurança e protecção do ambiente, contribuindo assim para moldar a regulamentação à escala global.

Em 2009 proceder-se-á a uma avaliação dos progressos alcançados a nível da adopção de uma abordagem mais eficaz em matéria de transposição e aplicação do direito da UE. Em termos de simplificação, apenas na sequência da adopção de propostas pelas instituições europeias os seus efeitos se farão sentir nos Estados-Membros, o que implica trabalhar em parceria, no sentido de assegurar a rápida adopção de propostas e cooperar na prossecução dos objectivos estratégicos comuns.

7 – Comunicação sobre a Europa

A prevista entrada em vigor do Tratado de Lisboa no início do ano implica importantes alterações institucionais e preparará o terreno para as eleições ao Parlamento Europeu. Assim, as prioridades em matéria de comunicação irão reflectir as prioridades políticas definidas na Estratégia Política Anual e centrar-se-ão em domínios de interesse directo para os cidadãos da UE.

Tendo em conta o amplo consenso dos cidadãos, que vários estudos demonstram, quanto às prioridades que devem ser prosseguidas pela UE (desenvolvimento económico e social conducente a uma melhor qualidade de vida, protecção do ambiente, segurança, migrações, educação e luta contra o terrorismo), a Comissão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

procurará tirar o máximo partido da sua acção em parceria com as outras instituições europeias e os Estados-Membros, suscitando um aceso debate sobre as políticas e prioridades da UE.

Assim, a Comissão proporá as seguintes prioridades em matéria de comunicação:

- Tratado de Lisboa: obter resultados – Melhor governação e melhores políticas; sensibilização dos cidadãos sobre a dimensão social da Carta dos Direitos Fundamentais.
- Reformar o orçamento, transformar a Europa – Analisando todos os aspectos associados às despesas e recursos da UE.
- Crescimento e emprego – Apresentação na perspectiva dos cidadãos, incluindo o Ano Europeu da criatividade e da inovação.
- Energia e alterações climáticas – Comunicação com base nos primeiros resultados obtidos em 2007 e 2008

Parte II - Quadro geral dos recursos humanos e financeiros para 2008

Recursos Humanos

Confirma-se a necessidade de concluir a integração progressiva, relativa a 250 novos lugares, decorrente da adesão da Bulgária e da Roménia (EU-2). Concluído este processo, a Comissão comprometeu-se a satisfazer todas as necessidades em matéria de pessoal até 2013 através de reafectações a nível interno.

Para além dos 250 lugares decorrentes do alargamento em 2009, serão criados 600 lugares suplementares através de reafectações, o que resulta num total de 850 lugares para responder às necessidades prioritárias, designadamente as definidas na Estratégia Política Anual em apreço, bem como as decorrentes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Os serviços centrais não beneficiarão de novos lugares, à excepção dos serviços linguísticos e de tradução, e todas as DG e serviços deverão racionalizar as suas actividades de coordenação e apoio até final de 2008.

Em matéria de cooperação interinstitucional, e tendo em conta o relatório solicitado pelo Parlamento Europeu, a Comissão confirma que a estrutura dos três serviços administrativos pode ser objecto de conversão em organismos interinstitucionais.

Alterações na afectação dos recursos financeiros

A rubrica da *Competitividade para o crescimento e o emprego* (rubrica 1A) terá um aumento de 5,8%, essencialmente resultante de acções fundamentais inscritas na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Estratégia de Lisboa, designadamente o 7º Programa-Quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico, o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida e o Programa “Competitividade e Inovação”.

Na rubrica 1B, relativa à *Coesão para o crescimento e o emprego*, os recursos aumentam em 3,3% relativamente a 2008.

Na rubrica relativa à *Preservação e gestão dos recursos naturais* (rubrica 2), a introdução progressiva das ajudas directas à agricultura nos Estados-Membros que aderiram à União passa pelo aumento das percentagens do montante final das ajudas (de 50 para 60% nos países que aderiram em 2004, e de 30 para 35% no caso dos países que aderiram em 2007). No que respeita à política marítima, a Comissão propõe prosseguir a sua acção preparatória pela reafectação dos recursos disponíveis.

A rubrica relativa à *Liberdade, segurança e justiça* (rubrica 3A) regista um aumento de despesas previstas na ordem dos 16%, sendo os domínios da gestão de fronteiras externas, política de vistos, livre circulação de pessoas e políticas comuns de imigração e asilo os que mais beneficiam de verbas adicionais. Com o reforço na dotação da Agência Frontex e considerando a realização de economias com os sistemas informáticos, a margem disponível ascende a 29 milhões de euros.

Na rubrica *Cidadania* (rubrica 3B), o aumento da dotação situa-se em 5,3%, permitindo um reforço do financiamento em áreas como a saúde pública, defesa dos consumidores, protecção civil, programas culturais e comunicação.

Na rubrica 4, relativa à *UE enquanto parceiro mundial*, e considerando os diversos e por vezes complexos desafios e missões com que a União se confronta (processo de paz no Médio Oriente, estatuto do Kosovo, estratégia da UE para a Ásia Central, ou as estratégias internacionais em matéria de ambiente, gestão sustentável e alterações climáticas), suscitam um aumento da margem disponível no âmbito do limite máximo da rubrica 4, que se eleva a 120 milhões de euros.

Mesmo tendo em conta as alterações verificadas nas rubricas 1A (Competitividade para o crescimento e o emprego), 3A (Liberdade, Segurança e Justiça) e 4. (A UE enquanto parceiro mundial), a rubrica da Competitividade para o crescimento e o emprego continua a deter um volume de programação que corresponde a cerca de 58% do total das rubricas consideradas, seguindo-se-lhe em relevância a rubrica 4., com cerca de 38%.

III – Conclusões

1.º A presente Comunicação concretiza, para o ano de 2009, as medidas e acções prioritárias que implementam e desenvolvem os objectivos estratégicos definidos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

pela Comissão, sublinhando o novo quadro institucional que estará criado no próximo ano, decorrente da prevista ratificação do Tratado de Lisboa e da realização das eleições para o Parlamento e Comissão Europeia;

- 2.º No âmbito do objectivo relativo ao *Crescimento e emprego*, um dos mais relevantes que a Comissão assinala nesta Comunicação, a Estratégia de Lisboa constitui-se como referencial essencial das iniciativas e políticas a desenvolver, num quadro em que se reafirmam os princípios da concorrência e se começa a constatar a necessidade de reforço de mecanismos de regulação sobre dinâmicas dos mercados, como no caso do mercado financeiro;
- 3.º As questões do *Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável* encontram também relevo nas preocupações da Comissão, que encara o ano de 2009 como um tempo importante na definição de estratégias de longo-prazo, assumindo-se que – em termos globais – a UE deverá assumir um protagonismo crescente à escala internacional, visando reforçar os mecanismos de consenso e promover mecanismos mais avançadas de governação e regulação.

IV – Parecer

Cumprindo o disposto na Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, no que concerne ao processo de apreciação de documentos de orientação, no âmbito do processo de construção da União Europeia, deve o presente relatório ser remetido, para apreciação, à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus.

Assembleia da República, em 13 de Maio de 2008,

A Deputada Relatora,

O Presidente da Comissão,

Ana Drago

António José Seguro